

UM OLHAR DA REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SOBRE A II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Afirmar o *direito de viver em cooperação de maneira sustentável* no Brasil, neste momento em que a atividade econômica de iniciativa privada e o emprego assalariado crescem com vigor, adquire um significado político de grande relevância. Trata-se da proposição do dissenso, uma voz – coletiva e mobilizada nacionalmente – asseverando que há outros caminhos para o desenvolvimento do país, mesmo que os principais indicadores econômicos utilizados para medir a eficiência do atual padrão se mostrem positivos segundo o juízo hegemônico.

Reforça o significado político desta afirmação da II Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes), realizada em junho de 2010, o fato de ela ter sido convocada não apenas pelo conselho nacional respectivo, mas em conjunto com órgãos do Estado brasileiro, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária. O Estado, via outros órgãos, fomenta e viabiliza, em grande medida, o desenvolvimento em curso, tão profundamente criticado pela Conaes. Isto evidencia que o Estado não é um fato consumado, mas uma instituição da sociedade permeada de contradições, disputas, conflitos e desafios, que são reflexos desta sociedade.

As discussões realizadas pelos elaboradores e fazedores da economia solidária no Brasil, reunidos nas diversas conferências locais, regionais, estaduais e temáticas, e, finalmente, na conferência nacional, reconhecem os esforços e avanços alcançados nos últimos anos na diminuição da pobreza e da exclusão social, sobretudo pelas políticas de valorização do salário mínimo, garantia de renda mínima, geração de emprego e renda, valorização da agricultura familiar e políticas de investimento em infraestrutura, que estão contribuindo para descentralizar a atividade econômica e os benefícios sociais.

Entretanto, apesar de se reconhecerem progressos, tratou-se com ênfase dos limites que o atual padrão de desenvolvimento apresenta para superar os problemas cruciais da sociedade brasileira. Estes problemas incluem a desigualdade estrutural, a concentração da renda e da riqueza, a incapacidade de universalizar o acesso aos bens materiais e imateriais produzidos socialmente, e a insustentabilidade de um modelo pautado no consumo de massas. Verifica-se uma resistência à adesão coletiva e individual da sociedade a um senso público, a uma percepção de coletividade, a um rompimento com uma tradição patrimonialista e autoritária criada e recriada nos diferentes momentos da história pelas elites que dominam o país.

As discussões também abordaram os avanços alcançados pela economia solidária nos últimos anos, que resultaram das disputas feitas pelo movimento e do esforço de seus militantes de diferentes organizações da sociedade civil, universidades, e órgãos do executivo e do legislativo. Estas disputas, realizadas nas contradições do modelo hegemônico, originaram pequenos, mas importantes acúmulos: fortalecimento organizativo e visibilidade da economia solidária; avanços na produção e nas ações de consumo ético, consciente e responsável. Ademais, observaram-se progressos nas finanças solidárias, nas ações formativas e culturais,

na ampliação dos grupos sociais adeptos das formas da economia solidária, nos programas e ações de apoio e fomento a partir dos governos, nas legislações aprovadas (sobretudo em âmbito local e estadual), e no acúmulo de discussões e propostas acerca de uma política e sistema nacional de economia solidária. Outros aspectos, que poderiam ser destacados, constam dos anais da conferência.

O processo da II Conaes culminou na reafirmação da economia solidária enquanto política e estratégia de desenvolvimento para o país. Aproveitou-se, assim, o acúmulo da I Conaes, realizada em 2006. Também se apontou um conjunto de demandas e propostas para as políticas públicas de economia solidária que versam sobre o conteúdo, a forma e os meios de executar tais políticas. Algumas demandas são estruturantes para a economia solidária no Brasil: reconhecimento formal, no arcabouço legal, do direito ao trabalho associado e das formas de organização da economia solidária, como condição de cidadania e pertencimento; criação de um fundo público para financiar o desenvolvimento da economia solidária no país, em condições adequadas à sua realidade e suas potencialidades; criação de um sistema nacional de economia solidária capaz de formular, implantar e garantir a execução de políticas para a área; promoção da cooperação entre órgãos, Unidades da Federação e sociedade; e participação e controle social das políticas. Finalmente, a conferência propôs o fortalecimento do conselho nacional e a criação de um ministério da economia solidária na estrutura do Estado brasileiro, que deve repercutir na ampliação e criação de conselhos e secretarias estaduais e municipais específicas.

Na proposição das políticas públicas para a economia solidária, há um elemento importante a ser considerado, que é um diferencial com relação às políticas públicas setoriais: a economia solidária não é um setor da economia, é uma forma de se fazer a economia. Ela perpassa setores econômicos e se expande para o conjunto das relações sociais. Desta forma, os aspectos relacionados a economia, finanças, tributos, investimento, infraestrutura, sociedade, cultura, política, educação, tecnologia e meio ambiente estão presentes e geram propostas e demandas para o conjunto da sociedade. As políticas públicas para a economia solidária devem estar presentes na legislação e nos órgãos da administração pública; ter caráter transversal, multissetorial e federativo; e considerar a grande diversidade populacional e organizativa da economia solidária, criando-se modalidades ajustadas à realidade de cada segmento e capazes de fomentar o seu avanço e consolidação. Tais políticas não podem ser consideradas ações compensatórias ou assistenciais que amenizam simplesmente os danos causados pelo modo capitalista de fazer economia. A economia solidária requer políticas específicas de estímulo ao desenvolvimento.

Cabe destacar a importância política da iniciativa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária apresentada ao Congresso Nacional, durante a II Conaes: um projeto de lei de iniciativa popular para a criação da política nacional de economia solidária. Isto fortaleceu, sem dúvida, a presença e a legitimidade da economia solidária e seus sujeitos de direito no espaço público nacional.

Os avanços e a mobilização, que marcaram o processo da II Conaes, revelam uma demanda social e uma presença política no espaço público nacional que não pode ser ignorada pela sociedade e, muito menos, pelo Estado. A disputa política na sociedade e no Estado não se faz com eventos isolados, mas com uma presença constante e organizada em diversas frentes. Este talvez seja o grande desafio que se renova para o movimento da economia solidária após esta II Conaes.

A Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária entende que garantir

e ampliar a legitimidade na construção do direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável depende do fortalecimento constante da organização do movimento da economia solidária. A consecução de seu projeto requer atuação política no espaço público nacional e, sobretudo, robustecimento da articulação e das alianças do movimento da economia solidária com outros movimentos sociais e sindicais. Além disso, deve-se buscar a expansão de sua inserção junto aos trabalhadores e trabalhadoras que vivem à margem da economia formal e dos movimentos organizados, sobretudo nas periferias das grandes cidades.

A rede tem participado ativamente da construção da economia solidária e do movimento da economia solidária no Brasil. Ela reafirma seu compromisso de seguir nesta rota, sobretudo a partir da atuação de seus membros nos órgãos da administração pública. Está entre suas tarefas proporcionar intercâmbio, interlocução, interação e formação, além de propor políticas públicas cada vez mais apropriadas, em diálogo constante com os atores sociais da economia solidária.

